

1.3 Ambiente e Desenvolvimento Rural

Introdução

A agricultura, tomada como o conjunto das actividades agro-pecuárias e florestais, é a actividade económica que ocupa uma maior percentagem do território europeu, sendo, por isso, responsável, em grande parte pelas alterações registadas nas características biofísicas da Europa e, pelas mesmas razões, pela sua manutenção. A influência que a Política Agrícola Comum tem vindo a exercer nas orientações agrícolas nos últimos 40 anos, e, através dela, a globalização económica, veio alterar o ritmo, tradicionalmente lento, das mudanças no mundo rural, tornando claras as responsabilidades do agricultor europeu em matéria de conservação do ambiente e dos recursos naturais. Esta função torna-se ainda mais evidente na Europa mediterrânea, na qual Portugal possui grande parte do território, em que a agricultura manteve uma relação muito menos agressiva para com o meio ambiente e o agricultor é o garante de valores naturais de importância mundial. Acresce a este facto a situação de transição entre duas influências bio-climáticas – mediterrânea e atlântica – que determina uma elevada diversidade e originalidade em parte da fauna e flora portuguesas e a situação estratégica nas rotas migratórias entre a África Sub-saariana e a Europa do Norte.

1.3.1. Continente

Ambiente

Ordenamento do território

A actividade agro-pecuária e silvícola ocupa grande parte do território português, constituindo a matriz na qual estão enquadrados os restantes usos do solo.

As características estruturais e fundiárias com que se exerce esta actividade nas diferentes regiões do país influenciam fortemente a localização das restantes funções, com destaque para o povoamento. No passado, as melhores condições para a produção agrícola permitiram um povoamento mais intenso do litoral norte, com destaque para o Entre Douro e Minho, determinando um fraccionamento fundiário que está na base do povoamento disperso característico e, mais recentemente, da industrialização dispersa. Este fraccionamento e a influência atlântica permitiram o desenvolvimento dos sistemas diversificados, com cereal de regadio, culturas forrageiras, hortícolas, vinha, frutícolas e pequenas áreas florestais associadas.

Já no interior Norte e Centro as condições menos propícias para as culturas anuais, nomeadamente as de regadio, foram responsáveis por menores densidades populacionais, maiores áreas médias, o predomínio das culturas perenes, a importância do efectivo de ovinos e caprinos e a manutenção de áreas florestais mais extensas, promovidas desde a primeira metade do século, o que terá acelerado o abandono da actividade agrícola e pecuária.

No Alentejo, o carácter extensivo da agricultura de sequeiro, em grande parte integrada nos sistemas agro-silvopastoris constituídos pelo montado de sobre e/ou azinho, uma estrutura fundiária baseada em propriedades de média a grande dimensão e uma baixa densidade populacional determinaram um povoamento concentrado em aglomerados de pequena e média dimensão, muitos deles com origem em antigos acentos de lavoura.

No Algarve, com o abandono da agricultura, especialmente na zona da serra, o povoamento tradicionalmente disperso, tem seguido a tendência para a concentração nos aglomerados populacionais de maior dimensão.

Património construído

O território português, devido à sua antiga ocupação humana, apresenta abundantes vestígios e influências com importância patrimonial quer nos traçados dos aglomerados populacionais, até aos elementos decorativos dos edifícios, passando por árvores centenárias e caminhos ou estradas milenares. O conjunto deste património que confere a muitas aldeias e às suas gentes uma identidade particular, faz parte do património rural e constitui uma potencialidade que deverá ser preservada e explorada.

Recursos naturais

Água e solo

A água e o solo correspondem aos recursos naturais de que a actividade agrícola mais depende e que afecta de forma mais directa. As diferenças na sua utilização são provavelmente os traços mais fortes de diferenciação da agricultura nas várias áreas em Portugal.

De facto, os solos na maior parte do território não têm aptidão agrícolas, pelo menos para uma exploração intensiva de culturas anuais, estando a Reserva Agrícola Nacional, que agrupa os solos com maior potencial agrícola, reduzida a 11% dos solos, ainda que só metade possam ser cultivados sem limitações. No entanto, a Superfície Agrícola Útil abrange cerca de 3 879 602 ha (44% da superfície total).

O programa CORINE, através do projecto "Soil erosion risk and important land resources", apontou Portugal como o país do sul da Europa com piores recursos em terra e maiores riscos potenciais de erosão. O risco de erosão, para além das características do solo, reflecte ainda o regime pluviométrico, com concentração das chuvas num período relativamente curto do ano, a rápida perda de matéria orgânica por mineralização devido a temperaturas elevadas, sendo ainda potenciado pelo declive. O processo de degradação do solo e, especificamente, a perda da sua matéria orgânica é agravado por uma exploração desadequada às suas capacidades, devido às mobilizações de solo excessivas, prática do alqueive não revestido, queima do restolho, excessivo pisoteio, entre outras.

O risco de erosão juntamente com a ocorrência de anos de seca e uma destruição do coberto vegetal frequente com mobilização do solo determinam que uma parte importante do território nacional tenha um índice de susceptibilidade à desertificação moderado (60%), enquanto cerca de 11% apresenta um índice elevado, com destaque para as áreas do interior sul, envolventes do vale do Guadiana².

A gestão do solo está, por outro lado, directamente ligada com a gestão da água, uma vez que a permeabilidade do solo e o seu poder de retenção são os primeiros factores de regulação do ciclo hidrológico. O baixo teor de matéria orgânica no solo e a desestruturação consequente determina que a água escorre sem se infiltrar, para além de arrastar consigo o solo, provocando erosão e assoreamento dos rios e albufeiras. A lixiviação de nutrientes, com particular destaque para o fósforo e azoto, especialmente em zonas com fortes níveis de fertilização, é responsável pela eutrofização dos sistemas lânticos (naturais como lagoas costeiras, paúis e sapais ou artificiais como as albufeiras) e lóticos, com consequente empobrecimento ou completa destruição das formas de vida mais evoluídas.

² Esta situação determinou que recentemente fosse aprovado um Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, enquadrado no âmbito do Anexo IV da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países afectados por seca grave e ou desertificação, ratificada pela União Europeia ao abrigo da Decisão nº 98/216/CE, do Conselho, de 9 de Março de 1998.

As taxas de aplicação de nitratos e fosfatos em Portugal são consideravelmente mais baixas do que dos países da Europa central e do norte. Em geral, o nível de nitratos nas águas superficiais não constitui um problema muito importante. Contudo, em algumas regiões, as aplicações podem levar à existência de níveis de NO₃ e outros poluentes em concentrações, nomeadamente em termos de águas que serão utilizadas para consumo humano. Em Portugal, foram definidas três zonas vulneráveis no âmbito do estabelecido pela Directiva relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola³ - o aquífero livre entre Esposende e Vila do Conde, o aquífero quaternário de Aveiro e o aquífero miocénico e jurássico da Campina de Faro.

Ocorre também, em regiões localizadas, poluição das águas superficiais e subterrâneas com origem agrícola, sendo a sua localização particularmente difícil. Podem também ocorrer outros poluentes como os pesticidas e os metais pesados, com origem possível em actividades agrícolas.

Paisagem

A paisagem é uma expressão sintética da interacção da actividade humana com o meio. A agricultura é, ainda, a componente principal dessa interacção, sendo que a paisagem da Europa, entendida do ponto de vista ecológico, tem a sua dinâmica ligada à da actividade e das políticas agrícolas.

Vista como produto cultural, a paisagem constitui, por um lado, uma referência essencial da identidade das comunidades rurais, que reagem mal às alterações bruscas, e, por outro lado, são o enquadramento de espaços e actividades cada vez mais valorizados pelas populações urbanas, que tendem igualmente a resistir às suas transformações.

O carácter "construído" de muitas paisagens portuguesas, de entre as quais se destacam as vinhas em socalcos do Douro, o olival em banquetas e socalcos ou o amendoal, com elevado valor paisagístico e perda progressiva de competitividade económica dos sistemas que lhe estão na base, apontam no sentido de cada vez mais o agricultor ser visto como o garante da continuidade da produção de um bem público com implicações na identidade regional, da qualidade de vida das populações e na potenciação turística das áreas em causa.

Síntese de elementos caracterizadores da paisagem

Características biofísicas e ecológicas	Geomorfologia e topografia Vegetação natural e uso do solo <i>Habitat</i>
Características culturais	Valores estéticos Amenidades Património construído
Funções de gestão (ênfatisa a noção de produção conjunta de bens estritamente agrícolas e de gestão da paisagem)	Gestão ambiental pública ou privada com incidência na paisagem Gestão agrícola Viabilidade das explorações

³ Directiva nº 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.

Biodiversidade

A avaliação da biodiversidade, dado o carácter impreciso do termo, determina a concretização do âmbito da análise em termos de âmbito geográfico e nível hierárquico e divisões da biologia dos *taxa* a considerar.

Assim, em termos gerais, a sobreposição de influências bio-climáticas aliada a variações impostas especialmente pelo relevo, determinaram que no território português ocorresse uma diversidade específica elevada quer do ponto de vista da α -diversidade quer da β -diversidade e no que diz respeito aos grupos mais conhecidos, isto é, plantas superiores, mamíferos, aves e peixes.

É importante realçar que da grande importância dos ecossistemas agrícolas na Europa decorre a dependência das comunidades vivas desses ecossistemas, consequência de uma longa adaptação das comunidades em presença à actividade humana. Em Portugal, o relativo atraso de muitos dos sistemas agrícolas tradicionais em termos de intensificação agrícola permitiram-lhes serem repositórios de comunidades com uma diversidade específica com importância nacional, frequentemente europeia e, nalguns casos, mundial. No entanto, a sua continuidade está, em muitos casos, dependente da manutenção de características de coberto, fontes de alimentação, pontos de água, áreas húmidas, garantida pelos sistemas agrícolas ou agro-florestais tradicionais.

De referir, no entanto, que a compreensão do tipo de dependências das diferentes fases do ciclo de vida das espécies às várias práticas agrícolas, coberturas de solo ou fenologias das culturas é fundamental para avaliar o grau de alteração passível de ser introduzida nos sistemas, quer na direcção da intensificação quer da extensificação. Esta compreensão, que tem sido alvo de importantes estudos nos últimos anos, é fundamental quer nas situações existentes de intensificação dos sistemas tradicionais quer na abordagem do problema crescente de abandono da actividade agrícola e aumento dos incultos.

Em termos de estrutura da paisagem, quer o abandono quer a intensificação têm, frequentemente, como consequência, pelo menos a curto prazo, a homogeneização do paisagem com a perda de nichos determinantes para algumas espécies.

Em relação ao abandono da actividade agrícola, este problema reveste-se da maior acuidade em vastas áreas do Interior Norte e Centro, no Alentejo e na serra do Algarve, onde as formações arbustivas correspondentes a fases degradadas das sucessões se instalam, traduzindo-se num empobrecimento quer da fauna quer da flora ocorrentes e iniciando, com frequência, o ciclo tradicional de mato-fogo-mato, com consequências graves em termos de perda do solo e de dificuldade na reabilitação do ecossistema.

Nas áreas com sistemas agro-silvopastoris constituídos por montado de azinho onde se pratica a agricultura e pastorícia sob coberto das árvores, o abandono leva, com frequência, à sua invasão pelo mato com consequências fatais para o coberto arbóreo, principalmente nas zonas com solos mais degradados e índices de aridez mais acentuados;

Nos sistemas diversificados do Norte e Centro, o funcionamento da pecuária que incorpora os matos e resíduos florestais nas camas do gado permite a limpeza das manchas florestais existentes na exploração, sendo um garante da prevenção contra incêndios florestais. Estes sistemas permitem, nas áreas fortemente florestadas do Centro, a manutenção de alguma diversidade paisagística, garante de inúmeras espécies de orla e diversas espécies florestais que dependem, em termos de alimentação ou disponibilidade de água, de áreas abertas;

A manutenção do pastoreio em sistemas forrageiros como os lameiros de Trás-os-Montes ou os prados de orquídeas dos calcários do Oeste é a única forma de preservar as características fitossociológicas próprias e a diversidade botânica em presença. No caso dos lameiros, a importância em termos de biodiversidade traduz-se ainda na sua importância para a diversificação da paisagem, especialmente na época estival em que proporciona abrigo, sombra e, nalguns casos, água.

O olival tradicional é um importante recurso alimentar para várias espécies de aves (nomeadamente, da família *sturnidae*) por frutificar numa época do ano em que as fontes de alimentação são escassas.

No que diz respeito à intensificação, as alterações reflectem-se na diminuição da duração dos pousios, na passagem de sequeiro para regadio, no aumento do uso de agro-químicos e da intensidade do pastoreio, na frequência das mobilizações e aumento da potência das tracção e alfaias utilizadas e, em termos gerais, na simplificação do meio com supressão de muros, sebes, árvores e maciços arbóreos. Estas alterações vão-se reflectir na qualidade do habitat de muitas espécies, tanto ao nível do coberto como das fontes de alimentação e, mesmo, da tranquilidade.

Ao nível da conservação das aves existentes e dependentes de biótopos pseudo-estepários mantidos pelos sistemas cerealíferos de sequeiro, a monitorização em 1999 do desempenho do Plano Zonal de Castro Verde mostrou que, paralelamente aos efeitos positivos sobre a avifauna estepária, objectivo principal do Plano Zonal, existem alterações, entretanto introduzidas nos sistemas agrícolas, e que não entram em conflito com os compromissos assumidos pelos agricultores, que têm vindo a diminuir a qualidade do *habitat* para várias outras espécies de aves.

A conservação da natureza

A conservação da natureza baseada em santuários da vida natural corresponde a um paradigma genericamente ultrapassado na Europa pela sua inadequação ao espaço rural europeu e aos conhecimentos actuais em matéria de conservação do património natural. De facto, devido à profunda intervenção do Homem no ecossistema, não é aceitável que a conservação da natureza seja feita apenas com base em reservas defendidas de qualquer intervenção e que na matriz restante não sejam tomadas quaisquer medidas. Este entendimento está reflectido na Directiva *Habitats* ao dar a prioridade à conservação dos biótopos, entendendo-os como base para a conservação dos habitats e das espécies.

Muitas das áreas classificadas na UE e, particularmente, em Portugal correspondem a zonas periféricas, com população envelhecida e crescimentos naturais negativos. A continuidade das suas características paisagísticas e culturais está, por isso, fortemente ameaçada e, em muitos casos, pelo menos parte do património natural e cultural que justificou a sua classificação está posto em causa a longo prazo.

Neste sentido, para além da criação de condições de vida naquelas áreas classificadas é fundamental garantir a conservação das características dos biótopos mais importantes fora das áreas classificadas, mantendo uma matriz com um grau de conservação elevado. Na maior parte do território de Portugal continental este objectivo ainda pode ser atingido sem grandes alterações nos padrões de uso do solo ou práticas utilizadas, sendo a sua maior ameaça o abandono de algumas culturas e práticas tradicionais.

A manutenção de determinados níveis mínimos de ocupação do solo e a conservação, ao nível da exploração agrícola, de determinados componentes da paisagem, são, assim, fundamentais para a manutenção da biodiversidade.

1.3.2. Regiões Autónomas

Os sistemas insulares, pela suas características intrínsecas, apresentam algumas condicionantes ambientais, dado que a sua capacidade de resposta a qualquer intervenção menos cuidada está sempre limitada pela sua própria dimensão.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo formações geológicas em constante evolução, são de origem muito recente, como é recente a sua descoberta e exploração pelo homem.

Essa ocupação levou a que ao longo dos cinco séculos de povoamento os seus habitantes fossem, dentro das necessidades, ocupando os espaços naturais, reduzindo-os e ocupando-os com as produções e as actividades necessárias à sua sobrevivência e ao desenvolvimento das actividades produtivas.

Desta vivência originaram-se situações que se começam a reconsiderar levando ao estabelecimento de condicionantes de actividades com vista à melhoria e preservação da qualidade do ambiente.

A agricultura, considerada no contexto das actividades agro-pecuárias e florestais, é, como acontece no Continente, a actividade económica que ocupa a maior percentagem do território das Regiões Autónomas e marca mais acentuadamente a paisagem rural.

O reduzido desenvolvimento industrial e a inexistência de centros urbanos excessivamente populosos condicionam positivamente a qualidade do ambiente nas Regiões Autónomas.

Apesar de serem observáveis algumas tendências de degradação a situação actual dos territórios das Regiões Autónomas continuam a caracterizar-se globalmente como um conjunto equilibrado em que

- um património natural e paisagístico rico e diversificado;
- os baixos níveis de poluição do solo, da água e do ar;
- a existência de condições edafo-climáticas potencialmente vantajosas para diversas actividades produtivas e de recreio, e
- um património diversificado de variedades vegetais com elevado valor cultural e económico,

constituem elementos nucleares das oportunidades de desenvolvimento económico e social das zonas rurais numa perspectiva de equidade e de coesão territorial.

1.3.3. O ambiente como factor de revitalização das zonas rurais

A conservação da natureza e em especial a manutenção da biodiversidade, bem como a protecção da paisagem rural só é possível através da manutenção das populações no espaço rural - requisito que tem vindo a ser posto em causa pela progressivo despovoamento desses territórios - com a continuação das suas actividades agrícolas e silvícolas ambientalmente favoráveis, complementando, quando possível e adequado, os seus rendimentos com a prestação de serviços.

A dinamização das economias locais pressupõe assim a fixação da população nos territórios rurais e logo a realização de investimento público e privado no sentido, nomeadamente, da melhoria dos índices de qualidade de vida das populações residentes, da recuperação do património e das actividades tradicionais e da criação de infra-estruturas e de actividades que permitam a valorização e revitalização das zonas rurais.

A concretização da Rede Natura terá em consideração esta orientação estratégica uma vez que embora o seu objectivo principal seja a conservação do património natural será indispensável que possa contribuir também e de forma clara para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, para a valorização dos agrosistemas e das paisagens rurais bem como para o fomento de práticas e actividades compatíveis com a protecção do ambiente.

Na prossecução da prioridade atribuída pelas autoridades nacionais ao desenvolvimento sustentável - prioridade claramente explicitada no III quadro Comunitário de Apoio - tem vindo a ser posto um grande empenhamento em importantes realizações de natureza ambiental, como é o caso da Rede NATURA.

Este empenhamento traduziu-se, nomeadamente, em relação ao território continental, na aprovação, respectivamente em 1997 e 2000:

- de uma 1ª lista nacional de sítios susceptíveis de ser considerados de interesse comunitário, constituída por 31 sítios, com uma área total de 1.137.836 ha (12% do território);
- de uma 2ª lista de sítios, com uma área total de 435.374 ha (4,9% do território)

Considerando que a Rede Natura em Portugal inclui ainda as chamadas zonas de protecção especial, classificadas ao abrigo da Directiva "Aves", que ocupam 822.011 ha (8,4% do território), a área classificada totaliza 1.904.113 ha de área terrestre, o que corresponde a 21,47% da superfície do continente português (v. mapa).

ÁREAS DOS USOS DO SOLO CONTIDOS NA LISTA NACIONAL DE SÍTIOS

Classe de uso	área		
	ha	% Sítios da Lista Nacional	% Portugal continental
Floresta	567 876	36%	6%
Incultos	485 481	31%	5%
Improdutivos	62 690	4%	1%
Agricultura	338 980	22%	4%
Social	13 323	1%	0%
Águas interiores	38 656	2%	0%
Águas continentais	67 276	4%	1%
TOTAL	1 574 282	100%	18%

Fonte: DGF/IFN (3.ª Revisão 1995/98)

Em termos de grandes classes de uso do solo, a agricultura e a floresta têm um peso preponderante na Lista Nacional de Sítios, o que reflecte a importância destas actividades para a conservação das características de uma grande parte dos biótipos em causa. Por outro lado, é necessário acompanhar de perto e de forma sistemática, a evolução dos incultos - situação agravada pelas tendências observadas quer ao nível do abandono das actividades agrícolas quer em termos de despovoamento das zonas rurais - e as consequências do seu aumento na conservação de muitas espécies, uma vez que muitas destas dependem das

condições criadas por algumas práticas agrícolas ou dos recursos decorrentes do mosaico da paisagem por elas criada.

Na Região Autónoma dos Açores a diversidade e riqueza da fauna e da flora e o elevado valor paisagístico das ilhas que compõem o arquipélago determinaram a conveniência de estabelecer em elevado número de áreas com estatuto especial: 32 reservas naturais e 23 sítios de interesse comunitário.

Na Região Autónoma da Madeira regista-se a existência de 1 Parque Natural ocupando uma grande parte da Ilha da Madeira e 4 Reservas Naturais (2 correspondentes às Ilhas Desertas e às Ilhas Selvagens e 2 situadas na Ilha da Madeira. Estas áreas reúnem algumas espécies e habitats naturais de características únicas a nível mundial.

Tanto no que se refere à Região Autónoma dos Açores como relativamente à Região Autónoma da Madeira reconhecem-se a existência de riscos que exigem atenção e intervenções adequadas:

- no caso dos Açores sublinham-se, nomeadamente, a fragilidade do sistema hídrico face às diversas formas de intervenção humana e as dificuldades crescentes de sobrevivência da pequena agricultura tradicional;
- no caso da Madeira regista-se a grande sensibilidade e vulnerabilidade do território em termos ambientais – a que não são alheias as condições geomorfológicas (apenas 11% da área apresenta declives inferiores a 16%) que condicionam e oneram designadamente a actividade agrícola e o povoamento – e a descaracterização da paisagem e o aumento dos riscos associados a fenómenos de erosão por dificuldades de manutenção da actividade agrícola.

A integração da componente ambiental nas políticas de coesão social e territorial, e de desenvolvimento sectorial, constitui um elemento nuclear da transformação estrutural da economia num quadro de valorização e preservação dos recursos naturais e paisagísticos e, logo, do desenvolvimento sustentável dos territórios.

É neste quadro de referência e na base do reconhecimento de que

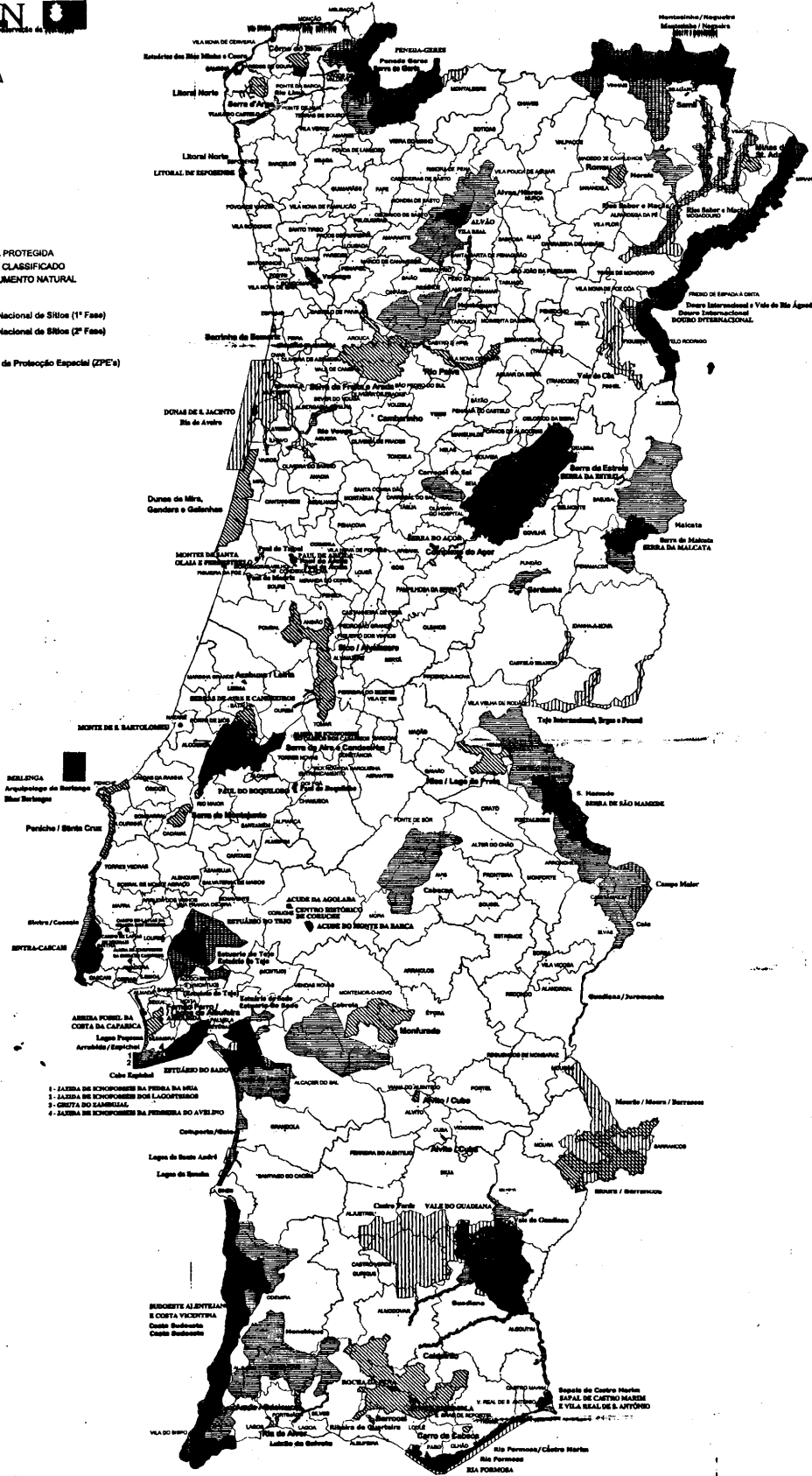
- existem importantes valores naturais/ambientais no espaço rural,
- estão identificadas necessidades prioritárias de defesa e de protecção dos recursos naturais e do ambiente,
- existe "mercado" para a "valorização" económica das actividades tradicionais e das amenidades rurais,e,
- existem recursos mobilizáveis de forma combinada,

que se entende que as opções estratégicas e os objectivos gerais e específicos do LEADER+ deverão ser equacionadas num quadro de consideração e integração apropriada da componente ambiental nas medidas de apoio sectorial e territorial, nomeadamente no âmbito das acções que promovam e apoiem práticas e actividades tradicionais, a qualificação de produtos e serviços locais e a valorização dos recursos naturais, patrimoniais, paisagísticos e culturais, e conseqüentemente a melhoria das condições de vida da população.

Só assim será possível incentivar a fixação da população nos espaços rurais e o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos territórios, prevenindo e combatendo fenómenos como a desertificação das regiões, a erosão dos solos, a poluição das águas e a degradação do ambiente, da paisagem e da biodiversidade. Sem esquecer o papel que o ambiente pode desempenhar no âmbito da criação de novas actividades e empregos através, designadamente, do turismo rural e de natureza, das termas e das actividades de animação.



- ÁREA PROTEGIDA
- ▨ SÍTIO CLASSIFICADO
- ⊕ MONUMENTO NATURAL
- ▨ Lista Nacional de Sítios (1ª Fase)
- ▨ Lista Nacional de Sítios (2ª Fase)
- ▨ Zonas de Proteção Especial (ZPE's)

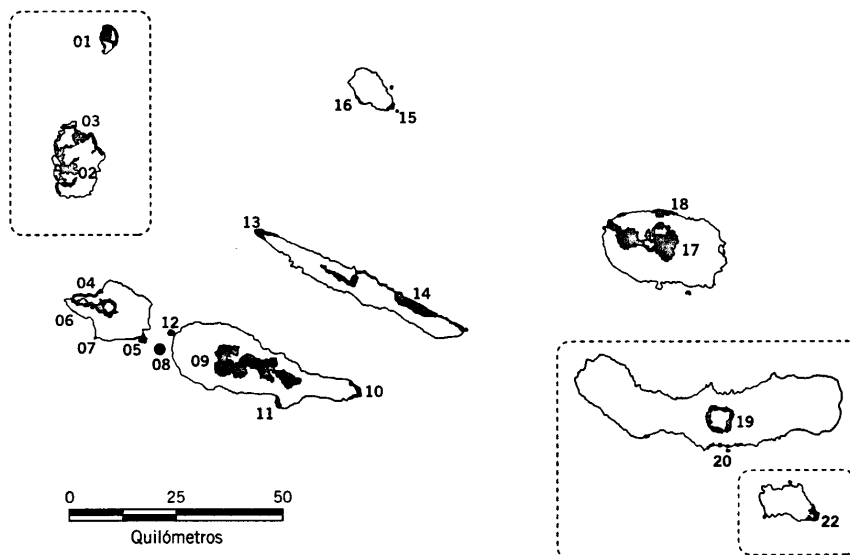


- 1 - JAZIRA DE ENCORNADO NA PIRREIA DA MEIA
- 2 - JAZIRA DE ENCORNADO DOS LAGOS DE SÃO CARLOS
- 3 - COSTA DO SANGRAL
- 4 - JAZIRA DE ENCORNADO NA PIRREIA DO AVEIÑO

Escala 1:800 000

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Sítios de Interesse Comunitário

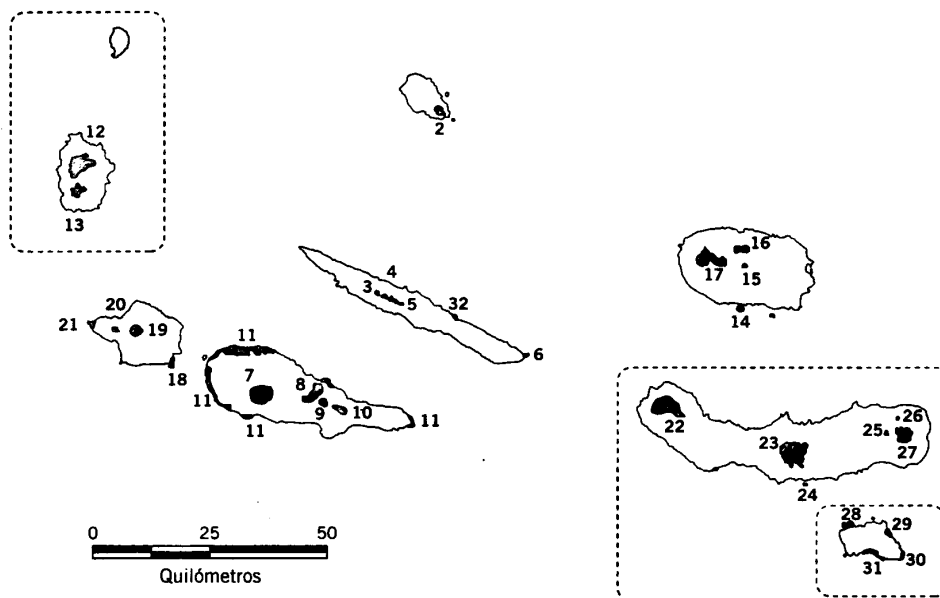


LEGENDA

- 01 Costa e Caldeirão
- 02 Zona Central - Morro Alto
- 03 Costa Nordeste
- 04 Caldeira e Capelinhos
- 05 Monte da Guia
- 06 Ponta do Varadouro
- 07 Morro de Castelo Branco
- 08 Baixa do Sul
- 09 Montanha do Pico, Praínha e Caveiro
- 10 Ponta do Pico
- 11 Lajes do Pico
- 12 Ilhéus da Madalena
- 13 Ponta dos Rosais
- 14 Costa NE e Ponta do Topo
- 15 Ilhéu de Baixo, Restinga
- 16 Ponta Branca
- 17 Serra de Santa Bárbara e Pico Alto
- 18 Costa das Quatro Ribeiras
- 19 Lagoa do Fogo
- 20 Caloura - Ponta da Galera
- 21 Banco D. João Castro
- 22 Ponta do Castelo
- 23 Ilhéu das Formigas e Recife do Dollabarat

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

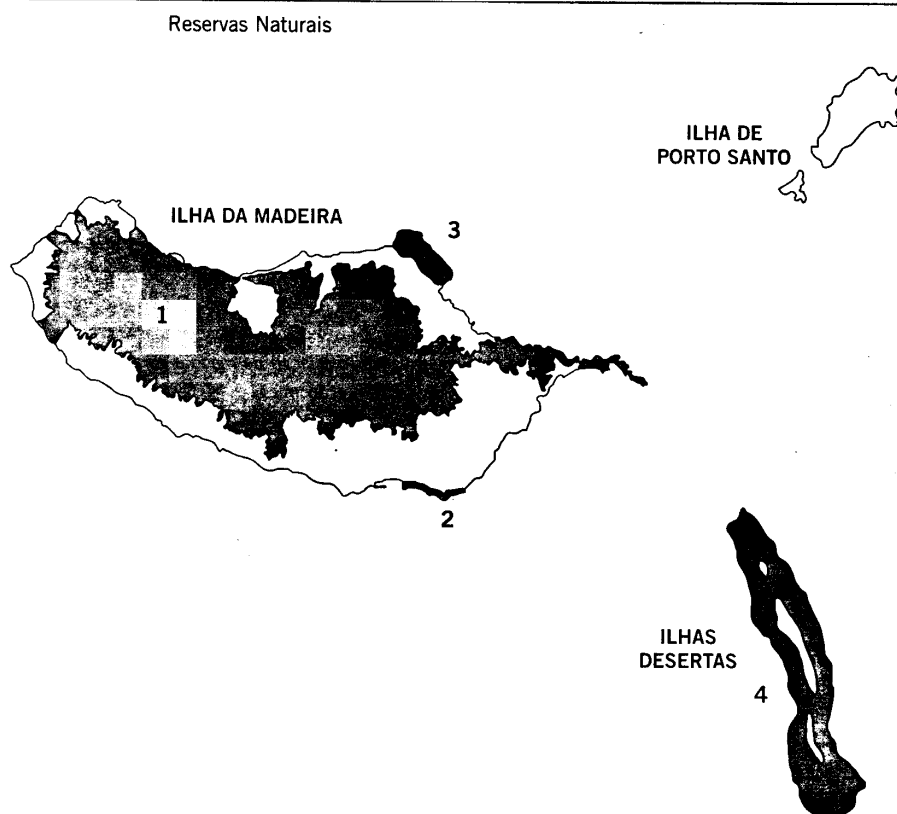
Reservas Naturais



LEGENDA

- 1 Reserva Natural do Ilhéu das Formigas
- 2 Reserva Florestal Natural Parcial da Caldeira da Graciosa
- 3 Reserva Florestal Natural Parcial da Caldeirinhas
- 4 Reserva Florestal Natural Parcial dos Picos do Carvão e da Esperança
- 5 Reserva Florestal Natural Parcial do Pico do Arieiro
- 6 Reserva Natural do Ilhéu do Topo
- 7 Reserva Natural da Montanha do Pico
- 8 Reserva Florestal Natural Parcial da Lagoa do Caiado
- 9 Reserva Florestal Natural Parcial do Mistério da Prainha
- 10 Reserva Florestal Natural Parcial do Caveiro
- 11 Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico
- 12 Reserva Florestal Natural Parcial do Morro Alto e Pico da Sé
- 13 Reserva Florestal Natural Parcial das Caldeiras Funda e Rasa
- 14 Paisagem Protegida do Monte Brasil
- 15 Reserva Natural Geológica do Algar do Carvão
- 16 Reserva Florestal Natural do Biscoito da Ferraria
- 17 Reserva Florestal Natural Parcial da Serra de Santa Bárbara e do Mistério Negro
- 18 Paisagem Protegida do Monte da Guia
- 19 Reserva Natural da Caldeira do Faial
- 20 Reserva Florestal Natural Parcial do Cabeço do Fogo
- 21 Reserva Florestal Natural Parcial do Vulcão dos Capelinhos
- 22 Paisagem Protegida das Sete Cidades
- 23 Reserva Natural da Lagoa do Fogo
- 24 Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca
- 25 Reserva Florestal Natural Parcial dos Graminhais
- 26 Reserva Florestal Natural Parcial da Atalhada
- 27 Reserva Florestal Natural Parcial dos Graminhais
- 28 Reserva Natural da Baía dos Anjos
- 29 Reserva Natural da Baía de São Lourenço
- 30 Reserva Natural da Baía da Maia
- 31 Reserva Natural da Baía da Praia
- 32 Área Ecologia Especial da Caldeira de Santo Cristo

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



LEGENDA

- 1 Parque Natural da Madeira
- 2 Reserva Natural Parcial do Garajau
- 3 Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio
- 4 Reserva Natural das Ilhas Desertas
- 5 Reserva Natural das Ilhas Selvagens

